

UMA REFLEXÃO SOBRE A ENCÍCLICA *MAGNIFICA HUMANITAS*

***Dr. Pe. Antonio Aparecido Alves**

Fiel ao nome de seu venerável antecessor Leão XIII que enfrentou as coisas novas trazidas pela revolução industrial no final do século XIX que impactava na vida das pessoas e na sociedade, o Papa Leão XIV se dispôs a enfrentar as coisas novas de hoje, representadas por outra revolução, que é a tecnológica, através do desenvolvimento da inteligência artificial que traz novos desafios para a defesa da dignidade humana.

Esse é um dado importante, porque em geral se diz que a encíclica *Magnifica Humanitas* é um documento sobre a inteligência artificial, mas não se destaca essa motivação mais profunda, que é a sua relação com a dignidade humana, ou seja, a sua dimensão antropológica. A preocupação da DSI não é com a IA em si, mas enquanto ela impacta na dignidade humana.

Essa reflexão se desenvolverá em três pontos:

- 1º. Uma renovada compreensão da Doutrina social da Igreja.
- 2º. A preocupação da DSI com a tecnologia e a IA em particular.
- 3º. A cultura do poder: “saber é poder”.

1. Uma renovada compreensão da Doutrina social da Igreja

A encíclica *Magnifica Humanitas* destina o primeiro capítulo à compreensão de Doutrina social da Igreja e faz uma resenha dos seus documentos até a atualidade, destacando os seus pontos principais, inclusive colocando a Constituição Pastoral *Gaudium et spes* do Concílio Ecumênico Vaticano II nesta apresentação.

Algumas palavras se repetem neste primeiro capítulo e nos ajudam a descobrir essa compreensão de DSI apresentada por Leão XIV. A primeira delas é a palavra **diálogo**, que aparece trinta e uma vezes no texto da encíclica e neste capítulo primeiro aparece treze vezes, quase a metade de todas as vezes. Uma segunda palavra que se repete neste primeiro capítulo é **história**, a qual aparece cinquenta e três vezes no texto inteiro, das

* Doutor em Teologia pela PUC-Rio. Mestre em Ciências sociais com concentração em Doutrina social da Igreja pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Presbítero na Diocese de São José dos Campos/SP. Contato: pe.toninho@diocesessjc.org.br

quais dezesseis vezes aqui neste capítulo, praticamente um terço das vezes. Por fim, a terceira palavra é **realidade**, presente quarenta e três vezes no texto da encíclica e doze vezes neste capítulo, quase um quarto das vezes.

Até agora tínhamos três conceitos de DSI, um de São Paulo VI, outro de São João Paulo II e um terceiro do Papa Bento XVI e que se completam mutuamente, para dizer o que é a Doutrina social da Igreja.

1º. São Paulo VI: Esse pontífice afirmou que a DSI é um conjunto de princípios de reflexão, critérios de juízo e diretivas para a ação (OA 4). Uma definição objetiva feita a partir do conteúdo da DSI.

2º. São João Paulo II: Ensinou que a DSI por nascer da Bíblia e da Tradição e por orientar a ação dos cristãos está no âmbito da Teologia, mais especificamente da teologia moral (SRS 41). Temos aqui uma definição mais acadêmica e conceitual da DSI.

3º. Bento XVI: Esse Papa une Doutrina social, caridade e verdade, afirmando que a DSI é “*caritas in veritate in re sociali*”, isto é, “a caridade na verdade nas coisas sociais”, a proclamação da verdade do amor de Cristo na sociedade (CV 5). Assim como São João Paulo II ele também coloca a DSI em uma perspectiva teológica, mas aqui a partir da caridade.

Leão XIV acrescenta uma outra dimensão, enquanto apresenta a DSI em uma dimensão histórica, atenta à realidade e em diálogo com o seu tempo: “Ela nasce de uma Igreja que **caminha com a humanidade**, reconhece a **autonomia das realidades terrenas** e a distinção entre **comunidade eclesial e comunidade política** e, precisamente por isso, aspira a **servir o bem comum**” (MH 18).

Em continuidade a essa constatação, o Pontífice afirma que exatamente por caminhar com a humanidade a Igreja reconhece a bondade originária da criação, que o olhar humano deve **guardar, cultivar** e fazer **amadurecer** (MH 20). As coisas são boas, a realidade é boa, nós não estamos em uma batalha espiritual contra o mundo, mas devemos perceber nele os sinais do Reino. Devemos reconhecer a legítima autonomia das realidades terrenas assim como a separação entre a comunidade eclesial e a comunidade política (MH 20-22).

Dentro dessa perspectiva afirma a encíclica que “a história é um dos lugares onde a Igreja se deixa instruir pelo Espírito Santo sobre a índole humanizante do Evangelho e aprende a ajustar o seu ensinamento ao serviço da dignidade de cada

pessoa e do bem dos povos” (MH 22). Por isso é importante o diálogo da Igreja com todos os saberes, especialmente com as ciências humanas e sociais, porque a Igreja “não quer levantar a bandeira da posse da verdade, uma vez que a verdade do evangelho não se impõe de cima para baixo, mas cresce no tempo, no entrelaçar-se concreto das vidas, das comunidades e das culturas. É uma verdade que não teme a diversidade, mas a acolhe; não elimina os conflitos, mas os transfigura; recompõe aquilo que a história tende a dispersar” (MH 25).

A partir disso tudo, vem a definição de DSI, não como um manual de princípios para os bispos ou um código de ética para todos os cristãos, mas como um caminho de discernimento comunitário. A DSI é uma **teologia da comunhão na história**, um lugar onde a Palavra que se fez carne continua a tornar-se diálogo, memória e profecia (MH 27). Ela é um exame de consciência para a própria Igreja, que deve praticá-la em seu interior, em primeiro lugar (MH 86-89).

2. As novas tecnologias e a inteligência artificial

Eu gostaria de fazer um retrospecto histórico para situar o nascimento da razão instrumental ou o que é chamado na DSI de “paradigma tecnocrático”.

No mundo clássico grego (Sócrates, Platão e Aristóteles) a função da razão era atingir a felicidade, a *eudaimonia*. Os Padres da Igreja (Patrística), já em chave cristã, privilegiavam a inteligência (*intus leggere*), ler a partir de dentro, tendo a patrística essa dimensão de um conhecimento mais intuitivo, com acento neoplatônico. Por sua vez, a escolástica na idade média inaugura um tipo de conhecimento baseado na argumentação racional com matriz aristotélica, dinamizada por Santo Tomás de Aquino, mas a finalidade era a mesma que vinha dos séculos anteriores, isto é, conhecer a essência das coisas. Com a queda de Constantinopla em 1453 fecha-se o ciclo da Idade Média e se inaugura um novo ciclo, chamado de Idade Moderna. É dentro deste ciclo que temos uma crise desta finalidade do conhecimento que vinha até então e o nascimento do que foi chamado de razão instrumental e hoje dizemos “paradigma tecnocrático”.

Na Idade Moderna temos, portanto, uma quebra desta finalidade do conhecimento mais essencialista e surge um novo paradigma, que poderia ser resumido como “conhecer para transformar”. Assim, no período moderno a razão se liberta de suas supostas amarras gregas, patrísticas e medievais e dá um salto cognitivo, com

Galileu Galilei e René Descartes. O ideal da ciência começa a surgir com Isaac Newton, Charles Darwin e outros, com a concepção de que a ciência deveria ultrapassar os umbrais do pensamento clássico grego e medieval e navegar para outros mares, como aparece na gravura da capa do livro *Novum Organum* de Francis Bacon. A razão pode transformar a realidade. Agora a sua finalidade não é mais descobrir a essência das coisas, mas é instrumental, de modo que o lema moderno dizia que “saber é poder”.

A concepção do mundo muda radicalmente como resultado desta razão instrumental. A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual do período clássico grego, patristico e medieval é substituído pela noção de um mundo como sendo uma máquina, sendo a metáfora do relógio a dominante na era moderna.¹

A antropologia resultante desta razão instrumental contradiz totalmente a concepção judeu-cristã referente a pessoa, pois introduz o dualismo corpo e mente, de modo que Descartes dizia “eu penso, logo, existo”. A aceitação incondicional desta visão cartesiana desempenhou um importante papel na instauração de nosso atual desequilíbrio social, cultural e ecológico, pois criou um divórcio nefasto que perturbou o diálogo entre as ciências da natureza e as do espírito, entre a Fé e a Razão, conduzindo, assim, à depredação do meio ambiente.²

Dentro desse novo paradigma do conhecimento surgido na idade moderna, o ser humano é uma engrenagem dentro de um sistema, que precisa ser ajustado para funcionar bem; por sua vez, a natureza (criação) é um objeto para ser dissecado, estudado, dominado e depredado. Isso foi chamado pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato Si* de “paradigma tecnocrático” (n. 101, 106, 108, 109, 111, 112, 122) que segundo ele está na origem do problema ecológico atual. A encíclica *Magnifica Humanitas* também se refere a esse paradigma (n. 43, 92, 93, 112, 185).

A preocupação da DSI com as novas tecnologias já encontramos de certa forma em Leão XIII e em Pio XI conforme suas respectivas realidades, mas é Pio XII quem a explicita. Na mensagem de Natal de 24 de dezembro 1953 ele falou sobre o “tecnicismo”, alertando sobre o risco de desumanização quando a tecnologia substitui a moral e a espiritualidade. O Pontífice ensinou que a técnica e o progresso não são males em si, mas um dom de Deus e fruto da inteligência humana. No entanto, quando vista desvinculada do humano, ela reduz a visão da vida a um aspecto puramente parcial e

¹ Fritjof CAPRA, O ponto de mutação, 2006, p. 51-53.

² García Alfonso RUBIO, Unidade na pluralidade, 2001, p. 101.

utilitário. Ainda segundo Pio XII, o perigo era o homem confiar cegamente que a tecnologia seria capaz de eliminar todo mal, sofrimento e as guerras, fazendo-o viver dentro de um “espírito técnico.” A mesma preocupação com esse “espírito técnico” vemos no magistério dos Papas posteriores, nas Encíclicas *Populorum Progressio* de Paulo VI, na *Laborem Exercens* de João Paulo II e na *Caritas in Veritate* de Bento XVI, essa última citada vinte vezes na encíclica *Magnifica Humanitas*, sendo dez delas especificamente sobre a questão das novas tecnologias.

A Comissão Teológica Internacional (CTI) publicou o documento “*Quo vadis, humanitas?*” (Para onde vais, humanidade?), com o subtítulo “Reflexão sobre a antropologia cristã perante alguns cenários sobre o futuro do ser humano”. Esse estudo foi preparado durante 2025 e publicado no dia 09 de fevereiro de 2026, evidenciando algumas consequências antropológicas do desenvolvimento tecnológico.

A CTI faz a sua análise a partir de duas visões: o *transumanismo* e o *pós-humanismo*. O *transumanismo* é antropocêntrico, pois imagina um futuro em que os seres humanos aperfeiçoarão a forma biológica atual que caracteriza a natureza humana, para alcançar uma perfeição maior. O *pós-humanismo*, por sua vez, rejeita o antropocentrismo, questionando a especificidade dos seres humanos e pensando em formas híbridas do homem com a máquina (cyborgues) que formariam uma nova humanidade (n. CTI 14-15).

A encíclica *Magnifica Humanitas* apresenta esta questão do *transumanismo* e do *pós-humanismo* como sendo uma justificativa ideológica e uma narrativa de fundo que encontramos na questão da utilização da inteligência artificial. A crítica da DSI “não é o uso da tecnologia em si, mas a visão que lhe está subjacente: se o ser humano for tratado como matéria a aperfeiçoar ou a ultrapassar, é então mais fácil aceitar que alguns sejam considerados menos úteis, desejáveis e dignos. Em nome do progresso, pode chegar-se a imaginar ‘sacrifícios necessários’ e a fazer com que os mais frágeis paguem o preço de uma suposta otimização da espécie” (MH 117), tentativas de eugenia [melhoramento da espécie] que o mundo já presenciou como a ‘pureza racial’ da Alemanha nazista.

O Papa Leão XIV adverte que “o progresso técnico, em si precioso, exige um discernimento sobre a **visão antropológica** que o orienta e sobre os **fins** que persegue. Se o desenvolvimento tecnológico avança sem uma maturação ética e social adequada, pode acontecer que os meios aumentem sem que a humanidade cresça na mesma

medida: ‘tem-se mais’, mas não ‘se é mais’ e a pessoa corre o risco de ser avaliada sobretudo com base no seu desempenho” (MH 94).

Podemos pensar a IA a partir de três níveis:

1º. Um âmbito técnico, ao qual a encíclica *Magnifica Humanitas* reconhece a sua importância. Ninguém ousa negar o quanto as novas tecnologias em todos âmbitos facilitaram a vida da humanidade.

2º. O nível das instituições, leis e normas que deveriam regular a IA. Aqui temos a importância dos marcos regulatórios emanados pelo Estado. A IA não pode funcionar sem um marco legal que a regule e instituições sociais fortes que a controlem. Funcionar em um vazio legal e institucional pode fazer dela presa fácil de pessoas que querem o poder a qualquer custo e instrumentalizar uma ferramenta que em si é boa e necessária. A MH chama essa regulamentação de uma “ecologia da comunicação” (137-138).

3º. O âmbito das *ideias* e *valores*. Esse âmbito é superior aos outros dois, os informa e os determina. Como promover uma educação crítica na era digital (MH 139-147)? Quais são os valores que estão por trás do seu desenvolvimento? Quem está por trás dela? Para que finalidades ela é produzida e utilizada? Quais são os seus interesses (MH 51; 107-109; 111; 193)? Essas são grandes interrogações a serem respondidas.

A encíclica *Magnifica Humanitas* não propõe, portanto, uma rejeição da tecnologia, mas uma crítica da tecnocracia. O problema não é a inteligência artificial em si mesma, mas a pretensão de reduzir a realidade humana à lógica da eficiência, da otimização e do cálculo. Em oposição a essa tendência, a MH reafirma a dignidade da pessoa humana.

3. A cultura do poder: “saber é poder”

A MH reconhece que hoje convivemos com novas formas de colonialismo que alimentam novas formas de escravidão (MH 173-179).

Coerente com a leitura bíblica que faz da realidade a partir da torre de Babel e da reconstrução das muralhas de Jerusalém, a encíclica *Magnifica Humanitas* apresenta dois modelos de organização da sociedade: a cultura do poder e a civilização do amor (MH 182-228). O Papa Leão XIV explica que a cultura do poder se mostra na normalização da guerra, na expansão da indústria bélica, na crescente polarização das

sociedades e na crise do multilateralismo. O documento fala do abandono do direito internacional e o crescimento da lei do mais forte (182-203). Aquele que detém mais tecnologia têm mais armas e mais poder. São João Paulo II afirmou na encíclica *Centesimus Annus* que existe em nosso tempo uma outra forma de propriedade, que é a da propriedade do conhecimento, da técnica e do saber. Quem detém *know how* têm o poder (CA 32), pois “saber é poder”. É aqui que encontramos um ensinamento muito importante, que é o de “desarmar a inteligência artificial” (MH 110), quebrar essa lógica da força de quem sabe mais e detém mais tecnologia, tirar a IA dessa engrenagem maldita da guerra.

Costuma-se dizer que “se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Contrariando esse ditado, o Papa Leão XIV fala da importância do diálogo (MH 204-207) e de uma cultura da paz, através da diplomacia, da cooperação e no fortalecimento das instituições multilaterais.

À guisa de conclusão

A encíclica *Magnifica Humanitas* faz alguns chamados aos cristãos e a todas as pessoas de boa vontade:

Um chamado a valorizar a história, estar atendo à realidade e aos sinais dos tempos, às “várias linguagens” pelas quais discernimos os sinais do rosto de Cristo e aqueles que o obscurecem (MH 22), em uma época em que as pessoas fazem questão de se alienarem.

Um chamado ao diálogo, à tolerância, à convivência pacífica, em um tempo em que se resolve tudo pela força das armas e onde se deseja um pensamento único ditado por quem detém o poder.

Um chamado sinodal, para construirmos juntos as muralhas da civilização do amor, onde se constrói uma torre de Babel que desagrega as pessoas.

Um chamado a um novo humanismo, com a afirmação da dignidade de cada pessoa, diante de distopias que desejam construir uma sociedade para além e acima do humano.

Um chamado a uma educação humanista crítica integral na era digital, diante de propostas que visam somente eficiência e a otimização.

De um modo especial, a encíclica *Magnifica Humanitas* nos ajuda a responder assertivamente à pergunta “*Quo vadis, humanitas?*”, “Para onde vais, humanidade?”.